

Problemas Rurais Contemporâneos

Eng. agr. ROMOLO CAVINA

(Prof. de Economia Rural da Universidade Rural)

As questões que hoje se antepõem à agricultura brasileira têm sua origem no *sentido* da nossa formação e na *estrutura* que, à nossa economia, foi imposta por êsse sentido e pela política portuguesa. Sem um ligeiro preâmbulo histórico não se compreenderá o presente, como sem o estudo da atualidade não se poderão indicar medidas que nos conduzam à solução desses problemas.

Valiosa é a pesquisa na história pátria, como importante será o estudo, o conhecimento local dos inúmeros e interligados problemas que interessam ao mundo rural de hoje.

Começemos a nossa análise com um primeiro item sobre o *uso da terra*.

Primeiro — os problemas rurais dizem respeito ao uso da terra, das plantas e dos animais, encarado como profissão ou maneira de ganhar a vida.

A profissão rural é a mais nobre e uma das mais antigas ocupações do homem, talvez por isso mesmo, ainda é um pouco arte e um pouco ofício. Um agricultor de hoje aprendeu com o agricultor de ontem a experiência profissional que deverá seguir e sabe já ter dado resultado. Isto significa, por outro lado, que o agricultor é essencialmente tradicionalista, conservador e rotineiro, difícil e demoradamente aceitando invocações.

Sabe que uma certa prática *deu certo*, devendo, portanto, ser repetida. Também disto resulta ser a agricultura, uma atividade de movimentos certos lentos, seguros, pausados.

Segundo — as atividades rurais assumem uma importância toda especial, medida em poucos números: cerca de 65% da população do mundo a elas se dedica. Quanto ao Brasil sabemos que 67% da população economicamente ativa é rural.

Terceiro — os progressos da ciência como um todo e da Biologia e da Química em particular, tomam vulto e se difundem rapidamente nas atividades industriais, refletindo poderosamente no comércio. Mas o agricultor — dada a sua índole tal como referido no item anterior — sempre demora mais em aceitar as inovações, ainda que tenham sido descobertas para fins especialmente rurais.

Tomemos o exemplo do DDT, seus derivados e sucedâneos que, como inseticidas, são aplicados na defesa sanitária das lavouras. A muito custo

consegue um fitossanitarista convencer o agricultor a fazer as aplicações recomendadas. Depois de muita insistência será atendido, com certa desconfiança, mas o crânio de bovino ou a cruz de madeira não sairão de cerca porque destinados a afastar o demônio, as pragas, as doenças.

Este e muitos outros exemplos pelo mundo afora mostra que a gente rural forma um mundo próprio, que pensa, age, sente de maneira apropriada, características. E' gente que vive uma vida diversa da urbana e a qual os cidadãos, sem compreender, menosprezam e ridicularizam, esquecendo que, desde o café da manhã à televisão dela dependem, estando sempre a dever algo ao humilde e honrado trabalhador do campo.

Quarto — o quarto ponto básico é uma primeira aproximação do panorama brasileiro. Para tanto seja-me permitido uma necessária e pequena digressão histórica.

Estamos na Europa, século XVI, em Portugal, pequeno reino á margem do Atlântico, povo de pastores e agricultores, com pouca terra fértil à disposição e ainda recurso modestos para usá-la.

Guerras e invasões agitavam os lusos e a vida era áspera, ainda sob o regime feudal. A posição marítima, privilegiada, apontava o comércio e a navegação, despertava a *vocação oceânica* que seria qualidade de vulto nesse povo e que dificultaria a colonização baseada no uso sistemático das terras que descobriria.

Atirando-se à aventura marítima os portugueses descobriram o Brasil em 1500. Aqui chegaram dispostos a "levar de volta a Lisboa tudo quanto tivesse valor e pudesse ser carregado", como disse um historiador. Buscavam produtos para seu comércio, ambicionavam encontrar fácil e abundante o ouro e outras preciosidades.

Evidentemente, com tais intenções, com estas características, os portugueses não pretendiam esforçar-se na utilização sistemática das terras descobertas. Tal como fizeram no Brasil desde o princípio: eximiam-se do trabalho, guardando para si a posição de empresário, e os cargos públicos, atribuindo ao escravo, ameríndio e negro, a execução das demais tarefas.

Mas, a atividade econômica não opera isoladamente. Reflete-se e é refletida, numa interação de fatores, numa extraordinária interdependência, nas atividades políticas, nas atitudes sociais, no comportamento moral. E o conjunto, sofrendo o impacto da ecologia tropical e da miscigenação, molda o homem e suas instituições. Lá, onde antes não se plantava o trigo nem a uva e nem se criava o boi, onde antes era lugar infenso ao branco civilizado, nasceu uma poderosa nação brasileira, ainda hoje ostentando marcas recebidas no longínquo século XVI.

Os navegadores portugueses encontraram uma grande área de terras tropicais habitadas por uma população esparsa e ainda na idade da pedra. Nenhuma possibilidade imediata para o comércio regular e amplo, como na Índia. Difícil, demorado, oneroso seria instalar aqui uma entidade econômica para resultados valiosos.

As ameaças da concorrência de outros povos navegadores, a esperança na mineração, animaram os lusos à colonização. Ainda assim, é de 1534 a criação das capitânicas hereditárias, cuja extinção se verificou em 1549 com a vinda do primeiro governador-geral.

Donatários e governadores traziam recomendações especiais sobre os problemas da agricultura. A princípio, porém, só se aproveitaram do extrativismo, a cata, pura e simples, do que a natureza produzia e oferecia.

Depois do açúcar, cuja procura nos mercados europeus crescia sem medida e do qual os portugueses fizeram um verdadeiro monopólio, seguiram-se o algodão e o tabaco.

O prestígio social e político do senhor de engenho, do chefe da família patriarcal criou forte, rica e poderosa classe rural. Bem mais tarde o primado do café amplia a posição da gente rural.

A vida política e econômica do Brasil tem feição nitidamente agrária que, apesar do ciclo da mineração, caracterizou o progresso da colônia e sustentou o Império. Este foi derrubado quando a Abolição tirou ao empresário agrícola a mão-de-obra escrava.

A estrutura agrária que se firmou no Brasil, entretanto precisava ter um fundo auto-suficiente, dada a distância da metrópole, as dificuldades dos transportes e o progresso da própria população.

Por isso as propriedades agrícolas se formaram em economia fechada, verdadeiros núcleos populacionais auto-abastecidos e cujas relações com os centros urbanos eram raras e difíceis. Cada fazenda procurava produzir tudo que necessitava para alimentar, vestir e abrigar sua gente. Iam à cidade comprar apenas pólvora e sal.

Assim surgia a indústria doméstica a qual a Corte tomava medidas excepcionais para impedir. Esta é uma das razões de nos faltar o artesanato e a tradição profissional, o que prejudica fundamentalmente nosso progresso geral e nossa industrialização. Para avaliar este fato basta comparar os problemas industriais e os rurais em certas micro-economias do sul do país.

Cumprir notar, todavia, que esta agricultura de subsistência era relegada a plano inferior porque também as naus, que daqui deveriam partir carregadas de produtos brasileiros, vinham cheias de produtos sem os quais a vida do reino seria difícil e acabaria igual à do ameríndio. Muito e de tudo deveriam importar para poder exportar, pois, além de tudo, os barcos não podiam navegar vazios.

Fixados estes quatro itens, já poderemos delinear a estrutura agrária brasileira em períodos:

- a) pré-cabraliana ou pré-colonial;
- b) colonial;
- c) de independência econômica;
- d) contemporâneo; e
- e) futuro.

O período pré-colonial se caracteriza pela agricultura ameríndia. Era predatória, rudimentar; não tinham propriamente ferramentas, pois não conheciam o ferro.

A fogo limpavam o terreno e nêles as mulheres deixavam as poucas sementes que desejavam reproduzir.

O período colonial nos mostra o branco em ambiente ecológico completamente diverso do originário. O trópico desconhecido, cheio de mistérios, de incógnitas, situado lá onde se supunha que o homem não poderia viver.

E' claro que o uso da terra deveria seguir um método apropriado, mas, quem o conhecia?

Só o tempo e a associação das três diversíssimas culturas poderia criar a técnica desejada; da agricultura portuguesa, junto à ameríndia e à negra, resultaram a arte e o ofício rural no trópico.

À rotina, à lentidão, que caracterizam o progresso agrícola, junta-se o ínfimo nível técnico dos novos agricultores tropicais. O regime imposto pela metrópole agravará a situação por que objetiva isolar o Brasil, impedir que êle se torne maior que o pequeno reino europeu, e, ainda mais, seja ambicionado pelos seus concorrentes.

Caracteriza-se êste período por emprêsas onde um fazendeiro branco e muitos escravos movimentam uma grande unidade produtora.

Era a emprêsa do colono branco dominando o ameríndio e o negro e dirigida com um acentuado cunho mercantil, imediatista, para atender às solicitações do mercado exportador.

Tais emprêsas se organizavam para produzir tabaco, açúcar; mais tarde outras surgiram para explorar ouro e diamantes, com a mesma estrutura. Outras, mais tarde ainda, vieram a explorar algodão, café, porém, visando ao comércio com o exterior.

Foi assim que se estruturou a vida econômica nacional durante três séculos: XVI — XVII — XVIII.

Começou a mudar pouco antes da vinda de D. João VI, quando realmente se iniciou o período de independência econômica, diferente do de independência política.

Ao impulso da presença do rei luso cresceram também as aspirações dos brasileiros, já conscientes do seu valor e da sua força econômica.

Com a independência política, no primeiro quartel do século XIX, acelera-se o progresso nacional, livre da pressão da metrópole, e o seu mercado interno já faz sentir sua capacidade.

O sentido da grande lavoura, todavia, se acentua com a ajuda do café. Mas a Abolição refletirá pesadamente sobre a agricultura, e o golpe é tão profundo que a estrutura política mudou; veio a República.

Uma consequência característica da conjuntura brasileira é a propriedade monocultora trabalhada por escravos. Extinta a servidão manteve-se

essa estrutura, agora baseada no braço livre, de liberdade mais teórica que prática. Aqui é substancial a presença do imigrante assalariado, concorrendo para a mudança dêsse panorama.

Uma vez que a terra que se buscava apropriar era abundante e fácil, outro não poderia ter sido o sentido de seu uso. Por isso monocultura, grande propriedade, escravo, serão por muito tempo o fundamento da economia rural brasileira. Ele se repete na pecuária e funciona semelhantemente na mineração.

Depois da Abolição, do Império e da República, entretanto, pouco muda o sentido da economia rural, pois continuamos simples fornecedores do comércio internacional, e, assim sujeitos às oscilações de sua conjuntura.

Nem mesmo o fator trabalho mudou muito: o trabalhador rural de hoje, embora livre, tem uma situação miserável, talvez até mais precária que a do escravo.

Quando a conjuntura internacional impõe, a economia brasileira improvisa com incrível rapidez: organiza, investe, movimenta, até o esgotamento da fonte ou do mercado; até a mudança da conjuntura ou a vitória de algum concorrente.

O processo da nossa independência econômica, todavia, ainda está em marcha, está em transformação ativa, apesar de moderna. As duas grandes guerras e os progressos da ciência pouco refletiram na agricultura brasileira no sentido do seu aperfeiçoamento. Bem pouco melhorou o nível técnico do empresário e ainda mantemos, em grande parte, a agricultura separada da pecuária.

Nesta fase moderna, atual, começa, todavia, outro sentido para a agricultura brasileira. Relembremos que, no início dêste trabalho, nos referimos a uma vocação oceânica dos lusos do século XVI. Vejamos agora, onde ela ainda se reflete em pleno século XX.

Numa de suas obras, Caio Prado Júnior distingue duas agriculturas brasileiras: uma grande lavoura de exportação e uma lavoura de subsistência. Passados quatro séculos ainda nos comportamos do mesmo modo: cuidamos zelosamente da produção para o mercado externo e quase esquecemos o mercado interno.

E' certo, e continuamos com o autor referido, que entre as duas agriculturas existe um espaço comum, porque produtos exportados são procurados também pelo mercado interno, e produtos de uso local são também exportados. A linha divisória está na proporção das quantidades levadas ao mercado e no fundamento ou objetivo da produção.

Os reflexos econômicos estão à vista: é a lavoura de exportação que nos fornece divisas. O poder aquisitivo internacional da economia brasileira depende dessa agricultura exportadora: café, algodão, cacau, couros e pouco mais. E' em torno dela que gira — na realidade — a política cambial.

A infra-estrutura da economia brasileira tem base na agricultura e na pecuária, e é à custa destas atividades que o país se mantém, cresce, enriquece e se industrializa.

Tal como na colônia lusa, o Brasil de hoje organiza sua vida interna em função do comércio exportador. Se muito vendemos, se há facilidades de câmbio, também muito compramos e o equilíbrio interno segue essas oscilações e o papel principal cabe à exploração da terra.

Há que perguntar se o andamento da nossa economia depende de crises propriamente ditas, cu é consequência de uma economia ou de uma economia em crescimento. Responde-se: ambas as causas e muitas outras mais que foram particularmente a conjuntura brasileira.

Há, ainda, outros fatores a notar: de 1930 para cá o padrão de vida do brasileiro mudou, embora, em parte, à custa das inflações da moeda, do crédito e dos salários. Também as populações — por força dessa elevação — além de crescerem urbanizaram-se; conseqüentemente, passaram a consumir mais e variado, como se comprova com o crescimento quantitativo e qualitativo do mercado interno.

Desta premissa cabe deduzir que a dicotomia da agricultura, antes mencionada, tende a fazer crescer aquêle terreno comum de que nos falou Prado Júnior: entre agricultura exportadora e lavoura de subsistência, apesar da distinção clara, há um terreno comum em franco crescimento. *Esta é uma das características mais vivas e mais profundas dos problemas rurais contemporâneos.*

Outra peculiaridade dos problemas rurais contemporâneos deve ser vista através do nível de preços. Como se sabe, a desvantagem está para o agricultor que, não alcançando recompensa animadora, não procura novas técnicas, enquanto outras atividades lhe fazem crescente concorrência.

Segundo dados da análise macro-econômica do nosso desenvolvimento no período 1934-1954 (conforme estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, da CEPAL e da Fundação Getúlio Vargas), a produção agrícola evoluiu de 100 para 140,7, enquanto a industrial subiu de 100 para 284,5.

Ainda fazendo 1939 igual a 100, os preços em 1954 foram: nível geral de preços no país, 505,0; produção agrícola no mercado interno, 601,0; e produção agrícola no mercado externo, 938,0.

Problemas atuais do agricultor brasileiro — São muitos e graves; apontaremos apenas alguns gerais e mais importantes.

As nossas estatísticas mostram um crescimento acentuado do consumo, enquanto a produção agrícola não aumenta na mesma velocidade.

O rendimento por hectare é, em geral, baixo, tendo oscilado muito pouco. Produzimos pouco por unidade de área e por trabalhador rural. Daí uma produção relativamente mais cara.

Obtida a produção, deverá ser vendida, sendo a segunda ação mais difícil que a primeira. E' que, sendo muitos agricultores a oferecer produtos a poucos

compradores, evidentemente os preços baixam quando a produção está sendo oferecida pelo agricultor e se elevam quando o agricultor não tem mais o que vender, encarecendo o produto a caminho do consumidor, ainda em mãos de intermediários.

Os intermediários têm a seu favor os juros altos do dinheiro, que dificultam os empréstimos; pois ainda somos quase capitalistas em relação à agricultura. Deficiências do serviço bancário, desarticulação dos transportes e monopólio das usinas de beneficiamento colocam o agricultor inteiramente a mercê do intermediário, como está o consumidor, também.

Resultado: no campo, paga-se pouco ao produtor que, com êsse pouco, deverá comprar caro o que precisa. Daí lhe faltaram recursos para aperfeiçoar sua técnica, o que não interessa ao mercado, cuja estrutura atual não é remuneradora para o produtor.

Em consequência: nas cidades sobe o custo da vida e no campo não há progresso.

Como corrigir tal situação? A disparidade dos preços no mercado interno — o cruzeiro do agricultor tem valor diferente se êle estiver comprando ou vendendo — é um verdadeiro sacrifício para o agricultor e está exaurindo a economia nacional. Há uma verdadeira perda de substância. Para solucionar o impasse deveremos levar ao agricultor medidas que:

- 1.º) melhorem as práticas agrícolas, através da assistência técnica e financeira aos agricultores;
- 2.º) garantam os preços no mercado interno para reduzir a disparidade prejudicial ao agricultor e ao consumidor; e
- 3.º) melhorem a estrutura do mercado, tornando mais racional a comercialização dos produtos agrícolas.